

XII Abrapcorp

COMUNICAÇÃO | **DIVERSIDADES** | ORGANIZAÇÕES

ANAIS 2018

Volume 1 – Grupos de Pesquisa

Faculdade de Informação e Comunicação
Universidade Federal de Goiás
Goiânia – GO



Diretoria Executiva (Gestão 2018-2020)

Presidente

Margarida M. Krohling Kunsch (ECA-USP)

Vice-presidente

Fábia Pereira Lima (UFMG)

Diretora Administrativa

Patrícia Savatori (Faculdade Cásper Líbero)

Diretora Científica

Claudia Nociolini Rebecchi (UTFPR)

Diretora Editorial

Else Lemos (Faculdade Cásper Líbero)

Diretora de Relações Públicas

Caroline Delevati Colpo (Feevale)

Conselho Fiscal

Adriano Sampaio (UFBA)

Agatha Franco de Camargo Paraventi (Faculdade Cásper Líbero)

Valéria de Siqueira Castro Lopes (ECA-USP)

Conselho Consultivo

Profa. Dra. Maria José da Costa Oliveira (Metrocamp)

Profa. Dra. Ivone de Lourdes Oliveira (PUC Minas)

Profa. Dra. Cláudia Peixoto de Moura PUCRS)

Prof. Dr. Luiz Alberto de Farias (ECA/USP / Anhembi Morumbi / Organicom)

Prof. Dr. Paulo Nassar (ECA-USP/Aberje)

Expediente – Anais do XII Congresso Abrapcorp:

Coordenação: Profa. Dra. Margarida M. K. Kunsch (USP) e Profa. Else Lemos (USP)

Edição e revisão geral: Profa. Dra. Else Lemos (Faculdade Cásper Líbero / USP)

Secretaria: Mariana Franco (Abrapcorp)

APOIO



REALIZAÇÃO



Associação Brasileira dos Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas

Av. Paulista, 1159, cj. 1118 – Bela Vista – CEP 01310-100 - São Paulo - SP

www.abrapcorp.org.br

ANÁLISE DO PERFIL DOS COMUNICADORES NA CARREIRA DIPLOMÁTICA BRASILEIRA

Camila Verbisck Alcântara Bonfim¹

Maria Aparecida Ferrari²

Resumo

Atualmente os comunicadores são o terceiro grupo profissional mais presente entre os diplomatas concursados no Ministério das Relações Exteriores do Brasil. A presença dos graduados em Comunicação aumentou a partir dos anos 1970, em detrimento dos bacharéis em Direito. A partir de análises quantitativas, é possível verificar qual o perfil dos diplomatas comunicadores atuantes no Itamaraty em 2017, apontando qual a habilitação predominante, quais as universidades que mais formaram diplomatas comunicadores, assim como a origem geográfica e o gênero desses indivíduos. As informações quantitativas abrem a possibilidade de interpretações sobre como a presença de comunicadores muda a cultura organizacional do Itamaraty, impactando o *habitus diplomático*. Nas considerações finais, também são analisadas as consequências positivas que a participação dos comunicadores pode trazer para a Diplomacia Pública brasileira.

Palavras-chave: Diplomatas comunicadores; carreira diplomática; perfil dos diplomatas brasileiros; Diplomacia Pública; Itamaraty.

Introdução

A carreira diplomática sempre chamou a atenção de profissionais de alto nível cultural e intelectual, especialmente, das classes sociais mais altas. O concurso de admissão ao Itamaraty, mesmo tendo evoluído ao longo dos anos, sempre contou com a predominância de bacharéis em Direito entre seus aprovados. A democratização ao acesso à carreira diplomática, processo que se iniciou nos anos 1990, trouxe um aumento de

¹ Camila Verbisck Alcântara Bonfim. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA-USP), São Paulo, Brasil, e-mail cverbisck@usp.br.

² Maria Aparecida Ferrari, Livre-docente pela Universidade de São Paulo (2017). Doutora e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professora dos Programas de Pós-Graduação e Graduação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. E-mail: maferrari@usp.br.

graduados de outras áreas do conhecimento, além do Direito, com destaque para os comunicadores, que passaram a ser o terceiro grupo mais numeroso no Ministério das Relações Exteriores (LIMA, 2014).

Este trabalho tem como objetivo apresentar os dados relativos aos comunicadores diplomatas ativos no Itamaraty em 2017, mediante análise quantitativa de dados obtidos em três fontes principais: Anuário do Pessoal de 2010, Anuários do Instituto Rio Branco dos anos 2013 a 2015 e Intratec, a intranet do Itamaraty. Por meio da compilação dos dados foi possível extrair informações como a quantidade de diplomatas comunicadores, sua habilitação (Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas), além da universidade de formação.

A metodologia para a extração dos dados constituiu-se na recopilação das fontes, tabulação dos números e confecção de gráficos. Para a compreensão das informações do Anuário do Pessoal de 2010 do Itamaraty, utilizou-se a compilação realizada por Lima (2014) em sua dissertação de mestrado. Para preencher as informações entre 2010 e 2013, data em que voltaram a ser publicados os Anuários do Instituto Rio Branco, descontinuados durante a década de 1990, utilizou-se a consulta à intranet do Ministério das Relações Exteriores, sistema chamado Intratec.

O levantamento e a análise dos dados fazem parte das fontes de pesquisa da dissertação *A Diplomacia Pública do Itamaraty: uma análise segundo a Teoria da Excelência em Relações Públicas* (título provisório) da pesquisadora no PPGCOM da ECA/USP. Os dados apresentados neste artigo irão ajudar a compor o cenário sobre a atuação dos comunicadores no Itamaraty, colaborando com a pesquisa de mestrado ao fornecer apontamentos sobre o perfil dos graduados em Comunicação dentro do Ministério das Relações Exteriores.

Este artigo está dividido em três seções. A primeira descreve os passos para a admissão à carreira diplomática, apontando características culturais e organizacionais dessa função pública. A segunda parte apresenta dados históricos sobre a presença dos profissionais de Comunicação entre os diplomatas, mostrando informações sobre os comunicadores até o governo Sarney (1985-1989). A última parte do texto apresenta as estatísticas mais atuais sobre os graduados em Comunicação dentro do Itamaraty, apontando crescimento, embora de forma não estável e as considerações finais.

1. A admissão na carreira: percursos e concurso

A construção histórica e organizacional do Itamaraty como instituição tem características peculiares na história burocrática brasileira. Seus critérios de distinção não estavam só relacionados com a natureza do trabalho e a representação do Brasil em terras estrangeiras, mas também nos atributos exigidos dos diplomatas para a realização de tarefas como: conhecimento de idiomas, gosto por alta cultura e compreensão de política internacional (GOBO, 2016). Em um país que, no início do século passado tinha 84% de sua população analfabeta (RICUPERO, 2017), é de se esperar que apenas os filhos da elite da sociedade brasileira pudessem aceder à carreira diplomática até algumas décadas atrás.

A diplomacia brasileira tem um *habitus* que não pertence só a si, mas faz parte de uma cultura diplomática que transcende nacionalidades (GOBO, 2016). Ao se pensar em diplomata, logo vem à mente uma figura de gosto apurado e inteligência acima da média. Moura afirma que:

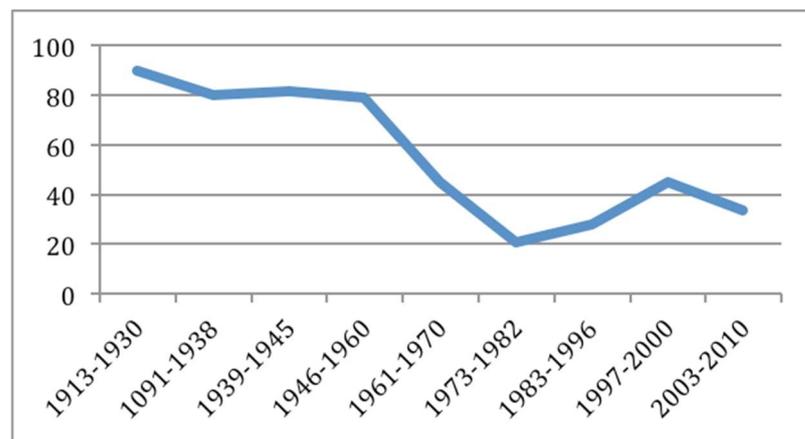
[...] Eles em geral aparecem como pessoas “sofisticadas”, membros de uma elite de difícil acesso. Mais do que isso, vários diplomatas aparecem entre figuras de relevo nacional como Ministros de Estado, porta-vozes da Presidência da República, escritores, músicos, poetas, enfim, são vistos como desde líderes políticos até “celebridades”. (MOURA, 2006, p. 25)

O *habitus* diplomático é composto de características que pertencem a um capital simbólico específico. No caso da diplomacia nacional, o *habitus* não é formado pela socialização no Itamaraty, mas já está presente nos candidatos desde o momento do concurso. Se até o século XX a seleção para o ministério tinha critérios que davam mais oportunidades aos bacharéis em Direito e filhos da elite carioca, após o fim da ditadura militar e com as mudanças no exame realizadas a partir do final dos anos 1990, passou-se a contar com outros perfis de candidatos, mas sempre de alta capacidade intelectual. O que ocorre, segundo Gobo (2016) é uma transição entre a predominância do capital social e capital econômico entre os diplomatas para o capital cultural. Portanto, mesmo que os componentes do corpo diplomático tenham gradualmente deixado de fazer parte de uma nobreza simbólica, eles continuam pertencendo a uma elite intelectual e cultural no Brasil.

Com o gosto brasileiro pelo bacharelismo e o predomínio da profissão jurídica no estamento burocrático nacional, desde a formação do Estado (HOLANDA, 2008; FAORO, 2000; FREYRE, 2013), constata-se que os advogados tendem a predominar na carreira diplomática. Quando fundados os primeiros cursos jurídicos no Brasil, nas cidades de Olinda e São Paulo, no ano de 1827, já havia a intenção de que as universidades também

formassem indivíduos para atuar no então Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império (FARIAS; CARMO, 2015). O propósito foi cumprido com sucesso nos mais diferentes períodos da história até os atuais concursos de admissão ao Instituto Rio Branco. Lima (2014) mostra que os formados em Direito no período 1913-1930 chegavam a 90% dos novos diplomatas. A porcentagem dos profissionais com formação em Ciências Jurídicas continuou acima dos 50% até o início da década de 1970, quando começa a diminuir, como pode ser observado pela Figura 1.

Figura 1 - Porcentagem dos ingressantes graduados em Direito (1913-2010)



Fonte: Adaptado de Lima (2014).

Farias e Carmo (2015), no entanto, colocam que analisar somente os candidatos aprovados ao concurso não é representativo, pois não significa que indivíduos de outras formações, além do Direito, não estejam se preparando para o exame. Lima (2014) aponta que, em oposição ao decréscimo dos formados em Direito, o crescimento dos grupos de profissões representados pelas Ciências Sociais/Relações Internacionais e Comunicação Social começou a ocorrer no período entre 1973 e 1982.

Uma explicação plausível para o aumento de diplomatas de profissões diversas ao Direito são as transformações ocorridas na seleção para o Ministério das Relações Exteriores, a partir dos anos 1930. A criação do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), por Getúlio Vargas, em 1938, setor responsável pela seleção de novos servidores, desagradou aos diplomatas. Dentro do Itamaraty, houve a impressão que o recrutamento teria ido para as mãos de políticos, causando incômodo para os diplomatas

de carreira. A solução foi a criação de um órgão responsável pela admissão e socialização dos novos membros da carreira, que recebeu o nome de Instituto Rio Branco, em homenagem ao Patrono da Diplomacia Brasileira. (GOBO, 2016)

Criado em 1945, até hoje o Instituto Rio Branco realiza o exame de acesso à carreira diplomática, assim como também funciona como academia diplomática ao treinar os recém-aprovados. Embora responsável por formar os novos diplomatas dentro de uma tradição herdada dos tempos do patrono Barão do Rio Branco, a escola permitiu que sua seleção tivesse pequenas mudanças, visando uma seleção mais democrática. Indubitavelmente, as principais transformações ocorreram a partir de meados dos anos 1990. Em 1996, o exame do idioma francês deixou de ser eliminatório, pois há muitos anos o ensino da referida língua não era parte do currículo escolar brasileiro (AMADO, 2013). Já em 2005, a prova de inglês deixou de ser eliminatória, assim como as entrevistas presenciais foram suprimidas. Também no início dos anos 2000, os critérios de seleção começaram a se tornar mais claros, com uma bibliografia que mantinha as mesmas indicações de leitura ao longo dos anos (FARIA, LOPES, CASARÕES, 2012).

Atualmente, o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática é composto de três fases. A primeira fase é objetiva e eliminatória, composta de questões de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, História do Brasil, História Mundial, Política Internacional, Geografia, Noções de Economia e Noções de Direito e Direito Internacional Público. A segunda fase também é eliminatória e classificatória, contando com provas escritas de Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Por último, a terceira fase conta com provas escritas de História do Brasil, Política Internacional, Geografia, Noções de Economia, Noções de Direito e Direito Internacional Público, Língua Espanhola e Língua Francesa, de caráter eliminatório e classificatório. (INSTITUTO RIO BRANCO, 2017)

2. Os comunicadores no Itamaraty: dados gerais e históricos

Embora os graduados em Direito predominem entre os aprovados até hoje, para o Itamaraty os comunicadores constantemente estiveram presentes nas estatísticas. O surgimento desse grupo entre os novos diplomatas relaciona-se com fatores como a criação dos cursos de Comunicação Social e suas habilitações Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas e o rápido crescimento das escolas no país a partir dos anos 1980.

Embora o Ministério das Relações Exteriores realize concursos anuais desde antes da Proclamação da República (FARIAS; CARMO, 2015), foi somente durante o Governo de Vargas que se pode analisar se existe a entrada de profissionais de Comunicação. Segundo Vicente (2009), a entrada dos estudos em Comunicação no Brasil ocorreu em 1935, com o lançamento do primeiro curso destinado a formar jornalistas e publicitários, na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. A graduação tinha como principal característica “[...] o caráter profissionalizante, ou seja, havia a preocupação em formar mão de obra e não especialistas na construção de um saber específico relacionado aos meios de comunicação”. (VICENTE, 2009, p. 29)

Historicamente, o grupo dos profissionais de Comunicação começou a se tornar significativo nos quadros do Ministério das Relações Exteriores a partir do fim da Ditadura Militar, durante o governo de José Sarney (1985-1990). No mandato de Sarney, os graduados em Comunicação Social, Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas representavam 1,2% dos aprovados no concurso para acesso ao Instituto Rio Branco. A tendência desde então foi de crescimento, sendo que na gestão dos presidentes Fernando Collor de Melo e Itamar Franco (1990-1994) a entrada de comunicadores chegou a ser de 5,96%; na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995- 2003) foi de 8,33%; e Luis Inácio da Silva de 9,77%. No total, desde 1985, verificou-se que os comunicadores representam 6,61% dos diplomatas (FARIAS; CARMO, 2015). Já Lima (2014) aponta que no período entre 1961 e 2010, os comunicadores ocupavam os 10% das vagas para novos diplomatas, espaço que anteriormente pertenceu aos economistas.

Observação interessante da análise de Farias e Carmo (2015) é a porcentagem de graduados das faculdades de comunicação nos quartis de aprovados de suas respectivas turmas. Os comunicadores se distribuem quase que igualmente entre todos os quartis: estão em 21,11% no quartil dos candidatos mais bem colocados, 24,44% no quartil que representa o segundo quarto mais colocado; 26,67% no terceiro quartil e 27,78% no quartil dos aprovados no concurso com notas mais baixas.

3. Diplomatas-comunicadores: dados quantitativos atuais

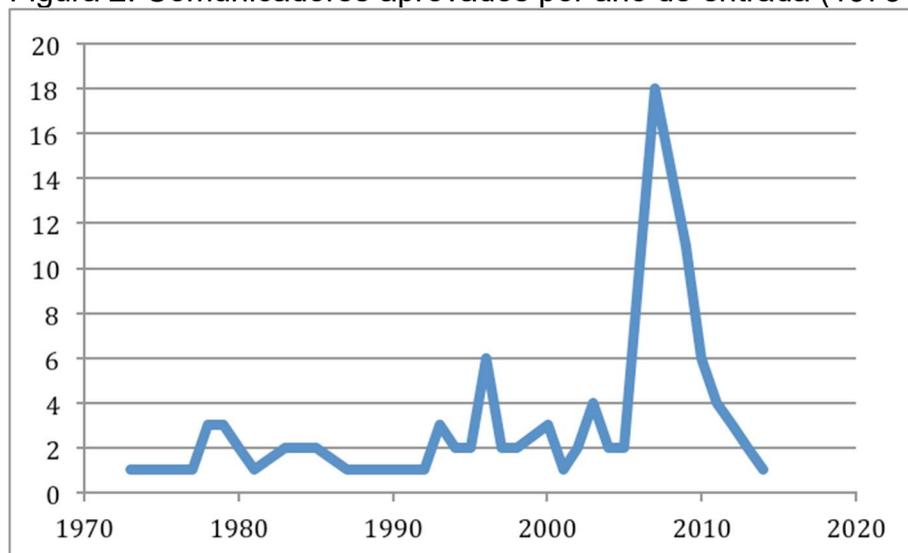
A partir de dados obtidos pela análise do Anuário do Pessoal 2010 e atualizados até 2016 com dados da Intratec e dos Anuários do Instituto Rio Branco foi possível realizar uma análise quantitativa sobre o número de diplomatas comunicadores ativos no Itamaraty, desde os aprovados no concurso de 1973. A consulta a essas fontes permitiu encontrar

dados referentes à quantidade de comunicadores aprovados no exame de acesso por formação (Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Comunicação Social), gênero dos aprovados, quais as universidades que mais formaram diplomatas na área de Comunicação e o número de comunicadores aprovados em cada turma desde 1973.

De 1973 a 2015, foram 119 comunicadores aprovados no concurso para a carreira diplomática, sendo importante destacar que, desde 2000, somente os exames de 2008 e 2015 não contaram com candidato aprovado na área de Comunicação. Ainda não foi divulgado o anuário relativo à turma de 2016.

A Figura 2 apresenta os dados sobre os comunicadores que se tornaram diplomatas, apresentando a quantidade de profissionais graduados em Comunicação por ano de entrada.

Figura 2. Comunicadores aprovados por ano de entrada (1973-2015)



Fonte: Anuário do Pessoal 2010, Anuários do Instituto Rio Branco (2013, 2014, 2015) e Intratec ([s.d]).

A aprovação de comunicadores teve poucos números expressivos até os anos 2000. Na década de 1970 entraram os primeiros nove diplomatas comunicadores ativos até 2017, destacando-se os anos de 1978 e 1979, com três aprovados cada. Nos anos 1980, foram 10 novos comunicadores, com entrada em 1981, 1983, 1984, 1985 e 1987. De 1992 a 1998 entraram no Itamaraty 18 comunicadores com aprovações em todos os anos do mencionado período. Nos anos de 2000 a 2005 se observou um crescimento com 14

comunicadores se tornando diplomatas. A abertura das turmas de 100 candidatos por ano, a partir de 2006, fez a aprovação de comunicadores aumentar substancialmente, nesses oito anos até 2014 admitiram-se 55 formados em Comunicação.

Seguindo as estatísticas gerais dos funcionários da carreira diplomática, os homens também são a maior parte dos comunicadores no Itamaraty, conforme pode ser verificado na Figura 3. O gênero masculino representa 69,7% (83) dos aprovados, enquanto o gênero feminino é 30,3% (36). Entretanto, a porcentagem de mulheres comunicadoras aprovadas é superior ao de mulheres nas estatísticas gerais, que fica abaixo dos 25% (FARIAS; CARMO, 2015).

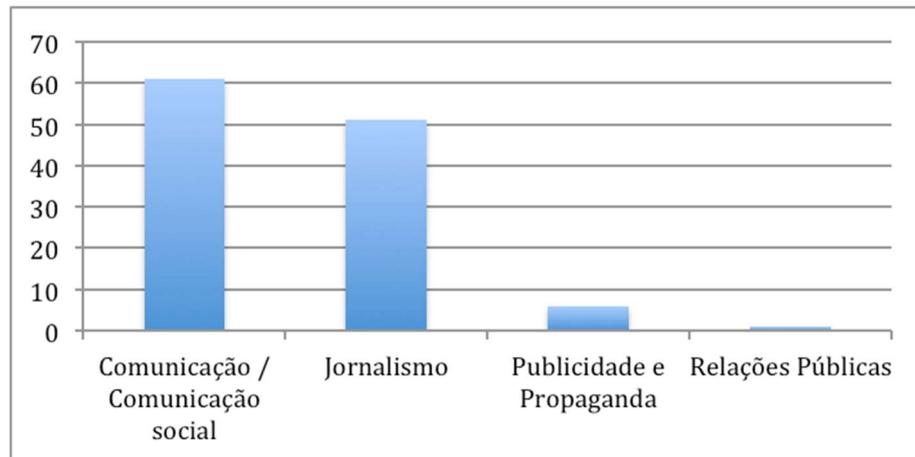
Figura 3. Distribuição de gênero entre os comunicadores aprovados (1973-2015)



Fonte: Anuário do Pessoal 2010, Anuários do Instituto Rio Branco (2013, 2014, 2015) e Intratec ([s.d]).

Em seguida apresentam-se os cursos de graduação que formaram os comunicadores. Foram três os cursos: Comunicação/Comunicação Social, Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda, de acordo com os dados da Figura 4.

Figura 4. Formação superior dos diplomatas comunicadores (1973-2015)



Fonte: Anuário do Pessoal 2010, Anuários do Instituto Rio Branco (2013, 2014, 2015) e Intratec ([s.d]).

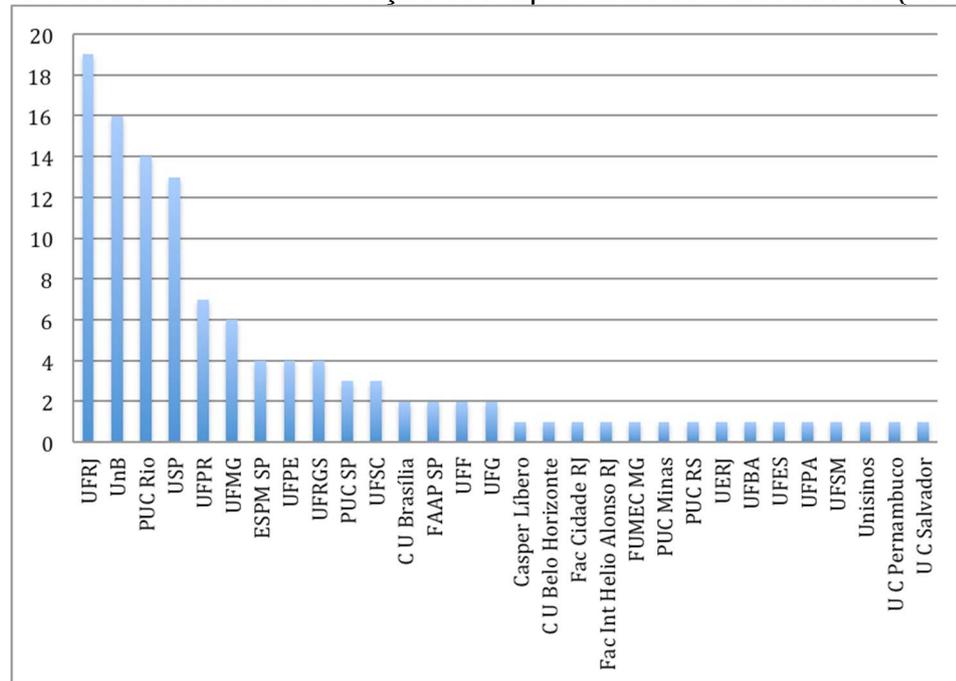
Dos 119 comunicadores hoje no corpo de diplomatas ativos, a maioria teve sua formação divulgada pelas fontes consultadas como Comunicação/Comunicação Social, com o total de 61 profissionais. Considerando-se que Comunicação/Comunicação Social são áreas gerais de formação e não habilitações, deduz-se duas possibilidades para essa categoria predominar. Em primeiro lugar, pode-se supor que houve erro de preenchimento no material que originou os dados. Outra dedução possível é que esses indivíduos entraram no Itamaraty até 1994, quando não era exigido o curso superior completo e, portanto, cursavam à época da aprovação o ciclo básico, sem terem escolhido sua habilitação. A segunda formação predominante é a de jornalistas, com 51 diplomatas. Os publicitários aparecem com seis aprovados e os relações-públicas com apenas um representante.

As universidades cursadas apresentam-se como um dado interessante, também indicativo da origem geográfica dos diplomatas. Tanto Cheibub (1986), quanto Lima (2014) afirmam que os candidatos originários das capitais dos estados ou de suas instituições de ensino predominam. Lima (2014) também aponta a maior quantidade de diplomatas graduados em universidades públicas. As informações relativas às universidades cursadas pelos profissionais de Comunicação que entraram na carreira diplomática estão na Figura 6.

A distribuição das universidades que mais graduaram diplomatas na área de Comunicação traz dados interessantes. Predominam os aprovados que estudaram em universidades públicas ou confessionais. São 78 egressos de universidades públicas e 21

de universidades confessionais, exclusivamente as católicas, pontifícias ou não. Dos alunos de centros universitários, universidades e faculdades privadas, temos 14 representantes.

Figura 6. Universidades de formação dos diplomatas comunicadores (1973-2015)



Fonte: Anuário do Pessoal 2010, Anuários do Instituto Rio Branco (2013, 2014, 2015) e Intratec ([s.d]).

Analisando os dados individuais das universidades, temos a UFRJ que aparece com 19 ex-alunos, indicando uma tendência dos cariocas prestarem o exame, uma vez que até 1971 a sede do ministério estava no Rio de Janeiro, (LIMA, 2014) e em segundo lugar, a UnB com 16 ex-alunos aprovados. A primeira universidade confessional a aparecer é a PUC-Rio, com 14 aprovados, número não muito diferente da USP, com 13 graduados. Outras universidades públicas com número significativo de alunos aprovados são UFPR (7), UFMG (6), UFPE (4), UFRGS (4) e UFSC (3). A UFF e a UFG aparecem com dois alunos cada. Das particulares, destacam-se ESPM-SP (4), FAAP (2) e Centro Universitário de Brasília (2). As demais universidades contribuíram com um aluno cada.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo apresentar dados sobre a presença dos profissionais de Comunicação entre os servidores públicos da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores. Considerando que as informações apresentadas comprovam

estatisticamente que a quantidade de comunicadores no Itamaraty cresceu ao longo dos últimos anos, cabe interpretar o impacto que o aumento numérico de indivíduos com esse perfil profissional pode causar na cultura organizacional do órgão, bem como nas atividades de Diplomacia Pública.

A primeira observação sobre a diminuição da quantidade de bacharéis em Direito, e o aumento do grupo de comunicadores entre os novos diplomatas, é o possível impacto na cultura organizacional do Ministério das Relações Exteriores. Embora o *habitus diplomático* tenha como forte característica o formalismo, a presença de graduados em cursos universitários diferentes de Ciências Jurídicas, faz que ele seja amenizado. As faculdades de Direito, por costume, formam profissionais para atuar conforme as regras dos tribunais, entre as quais ressalta o formalismo e o respeito à hierarquia no tratamento profissional. Já a cultura da área de Comunicação é marcada por informalidade, incentivo à criatividade e ao pensamento crítico.

Para além da diminuição do formalismo como característica organizacional, a presença de diplomatas comunicadores pode trazer mudanças na interação do Itamaraty com a opinião pública brasileira. Possivelmente haverá uma tendência mais marcada para a clareza e a transparência das informações que o Itamaraty transmite para a sociedade brasileira, assim como para a diminuição do protocolo, tornando mais fácil o relacionamento do órgão diplomático com os cidadãos. Essa troca de informações também aumentará a participação da sociedade na formulação da política externa brasileira, tornando-a mais democrática e representativa do interesse nacional.

O crescimento do número de diplomatas comunicadores também pode colaborar com a melhoria da imagem e reputação do Brasil em relação ao resto do mundo. A Diplomacia Pública nacional, à cargo de departamentos como a Assessoria de Imprensa do Gabinete do Ministério das Relações Exteriores e o Departamento Cultural, seria beneficiada com a maior participação dos graduados em Comunicação em suas equipes. Ao estudar a Diplomacia Pública desenvolvida pelas embaixadas estrangeiras em Washington D.C., Yun (2005) comprovou que a Teoria da Excelência em Relações Públicas de Grunig (2002), também pode ser aplicada à Diplomacia Pública. Yun (2005) destaca dois princípios que estão relacionados ao grau de conhecimento sobre Comunicação entre os diplomatas responsáveis pela Diplomacia Pública de um país. Em primeiro lugar, para que as estratégias e a governança do setor se mantenham, mesmo com mudanças de governo, o setor formulador da Diplomacia Pública deve ser liderado por um gestor e não por um

técnico. Igualmente, para que as atividades sejam estratégicas, o departamento de Diplomacia Pública deve ter conhecimento necessário para desenvolver um papel executivo. . Essas duas características, sem dúvida, serão mais fortalecidas se a Assessoria de Imprensa do Gabinete for liderada por um comunicador ou se tiver profissionais graduados em Comunicação em papéis-chave.

A participação dos comunicadores na formulação da estratégia e realização das atividades de Diplomacia Pública, entretanto, não é frequente. Informações levantadas pelas pesquisadoras por meio da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527) apontam que desde 1985, do total de nove diplomatas que ocuparam o cargo de Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete, apenas um tinha conhecimentos na área de Comunicação e nenhum deles graduou-se em Comunicação. O atual diplomata que ocupa a posição de chefia do que atualmente, apesar de ter formação universitária em História, trabalhou no jornal Folha de S. Paulo, no qual foi admitido por meio do Programa de Treinamento em Jornalismo. Em 2018, além dos oito diplomatas que atuam na Assessoria de Imprensa do Gabinete, há somente uma comunicadora, habilitada em Jornalismo.

Em um contexto de democratização do acesso à carreira diplomática seria benéfico para a diplomacia brasileira ampliar ainda mais o número de comunicadores atuantes no Itamaraty. Para que o interesse dos comunicadores pelo Concurso de Admissão à Carreira Diplomática aumente, é preciso divulgar a informação de que indivíduos graduados em qualquer formação superior reconhecida pelo Ministério da Educação podem se submeter ao exame. Essa conscientização é papel não só do Ministério das Relações Exteriores, mas também das Escolas de Comunicação.

A formação dos futuros comunicadores também pode ampliar o interesse pela atuação em Diplomacia. A educação do futuro profissional, visando que ele tenha uma visão sobre o atual cenário de globalização, deve transmitir conhecimentos sobre política internacional, economia e idiomas estrangeiros. Uma formação do profissional de perfil mais abrangente brindará conteúdos que igualmente possibilitarão que o aluno se interesse pela área de Relações Internacionais e Diplomacia, ampliando seu campo de atuação.

Referências

AMADO, André. **Por dentro do Itamaraty: impressões de um diplomata**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1016-Por_dentro_do_Itamaraty.pdf. Acesso em: mai. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm. Acesso em: fev. 2018.

CHEIBUB, Zairo Borges. A Carreira Diplomática no Brasil: O Processo de Burocratização do Itamarati. **Revista de Administração Pública**, 23 (2): 97–128, 1989.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta; LOPES, Dawisson Belém; CASARÕES, Guilherme. Mudanças institucionais no Itamaraty, ethos corporativo e mitigação do insulamento burocrático do serviço exterior brasileiro. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (org). **Implementação de políticas públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012, p. 298-349.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. São Paulo: Publifolha, 2000.

FARIAS, Rogério; CARMO, Géssica. Alma mater diplomática: a formação acadêmica dos diplomatas brasileiros (1985-2010). **Mundorama** - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais, 2015. Disponível em: <https://www.mundorama.net/?p=15646>.

FARIAS, Rogério; CARMO, Géssica. As mulheres na carreira diplomática brasileira: uma análise do ponto de vista da literatura sobre mercado de trabalho e gênero. **Mundorama** - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais, 2015. Disponível em: <https://www.mundorama.net/?p=17746>.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Global Editora, 2003.

GOBO, Karla. **Noblesse d'état: do campo ao habitus da diplomacia brasileira**. (Tese de doutorado, Unicamp), 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/322241>.

GRUNIG, Larissa A.; GRUNIG, James E.; DOZIER, David M. **Excellent Public Relations and Effective Organizations: A Study of Communication Management in Three Countries**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2002.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

INSTITUTO RIO BRANCO. Edital no 1, de 13 de junho de 2017 – Concurso de Admissão à Carreira Diplomática. Disponível em: http://www.cespe.unb.br/concursos/irbr_17_diplomacia/arquivos/IRBR_ED_1_ABERTURA.PDF.

LIMA, Rodolfo de Carmargo. **Burocratas, Burocracia e Política: O Ministério das Relações Exteriores, um Perfil**. 2015. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

MOURA, Cristina Patriota. *O Inglês, o Parentesco e o Elitismo na Casa de Rio Branco*. **Cena Internacional**, ano 8, nº 1, 2006, p. 20-34. Disponível em: <http://132.248.9.34/hevila/CENAInternacional/2006/vol8/no1/2.pdf>. Acesso em: mai. 2017.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

VICENTE, Maximiliano Martin. **História e comunicação na ordem internacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

YUN, Seong-Hun. **Toward theory building for comparative public diplomacy from the perspectives of public relations and international relations: a macro-comparative study of embassies in Washington, D.C.** Tese de doutorado. University of Maryland, College Park, 2005. Disponível em: <http://drum.lib.umd.edu/bitstream/handle/1903/2852/umi-umd-2852.pdf;jsessionid=0A9B1F5B567880707AF051A8DEE8074B?sequence=1>. Acesso em: mai 2017.